

ESTADO, EDUCAÇÃO E ETNICIDADE: A EXPERIÊNCIA BELGA

ANA LÚCIA E. F. VALENTE

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

RESUMO

A utilização do conceito “etnia” e correlatos não tem sido consensual nos meios acadêmico-científicos. Dificuldades de diferentes ordens têm levado ao seu questionamento como ferramenta de análise. Destaca-se, entre elas, a ativação de identidades étnicas com grande poder de exclusão e alteridade no contexto histórico atual de globalização. Apesar disso, o texto defende o seu emprego, justamente pelo fato de, pela sua própria ambigüidade, conseguir ser expressão do concreto escorregadio que pretende abarcar. Contudo, as dúvidas sobre a instrumentalidade de conceitos exigem que se procure, para além das abstrações, buscar a sua validade para a compreensão de situações sociais concretas. Nesse sentido, o texto busca analisar o processo histórico de constituição do Estado belga, colocando em evidência o estabelecimento de fronteiras étnicas por flamengos e francófonos e o papel desempenhado pela educação como elemento fundamental nas estratégias políticas. Metodologicamente a análise ancora-se nas proposições de Barth sobre etnicidade, procurando incorporar elementos de sua crítica.

BÉLGICA — EDUCAÇÃO — ETNIAS — BARTH, F. — ETNOLOGIA

ABSTRACT

STATE, EDUCATION AND ETHNICITY: THE BELGIAN EXPERIENCE. The use of the concept “ethnicity” and its correlates has not been consensual in the academic-scientific environment. Difficulties of various types have led to questioning its value as a tool of analysis. Outstanding among them are the activation of ethnic identities with high power to exclude and alter in the present historical context of globalization. In spite of this, the text defends its employment exactly because, due to its ambiguity, it manages to be an expression of the slippery reality it pretends to grasp. However, doubts about the instrumentality of concepts demand that we procure, beyond abstractions, to seek out their validity for understanding concrete social situations. In this sense, the text seeks to analyze the historical process of the constitution of the Belgian State, placing in evidence the establishment of ethnic frontiers by the Flemish and francophones and the role of education as a fundamental element in political strategy. Methodologically, the analysis is anchored in Barth's proposals on ethnicity, attempting to incorporate elements of his criticism.

Pode parecer estranho, à primeira vista, que uma revista brasileira, voltada para a divulgação de trabalhos científicos no campo educacional, tenha aprovado a publicação de um artigo que trata de tema interessante mas que diz respeito a outra realidade, conforme denuncia seu título. Porém, essa impressão é substituída, quando levamos em conta o contexto histórico em que hoje vivemos.

Para a compreensão do momento atual, podemos partir da seguinte premissa: “a existência de processos globais que transcendem os grupos, as classes sociais e as nações” (Ortiz, 1994. p.7). No entanto, a globalização e a “mundialização da cultura”,¹ longe de engendram apenas movimentos de homogeneização, têm desencadeado reações diferenciadoras. Em outros termos, esses processos globais transcendentais não se efetivam sem conflitos ou contradições. Em que pese as transformações aceleradas, que se revestem com o caráter de novidade, assistimos ao acirramento das características próprias ao capitalismo monopólico, fase atingida no início do século XX, quando o capital financeiro passa a garantir e manter a sua hegemonia.

1.

Exemplo dessas contradições é a constituição de blocos econômicos, como a União Européia, Nafta e Mercosul², que, embora seja expressão concreta da globalização, é fase intermediária e reativa a esse mesmo processo. A tendência à globalização convive com o fortalecimento de uma tendência oposta: a consolidação de blocos econômicos e comerciais de caráter regional, nos quais os seus membros têm privilégios negados aos “de fora”. No entanto, pode-se pensar que esses blocos regionais não seriam senão uma fase intermediária em direção a uma sociedade globalizada, dominada por empresas transnacionais que operam e decidem em escala planetária.

Do mesmo modo, os sistemas regionais como manifestações reativas à globalização embutem, eles mesmos, a reação dos Estados-membros à sua organização. É nessa perspectiva que se pode compreender porque a globalização tem sido interpretada como um processo que desafia o poder e a autoridade tradicional do Estado nacional, na medida em que a crescente interdependência em matéria de negócios parece colocar em risco a sua capacidade de controlar as decisões básicas das quais dependem seu futuro.

As correntes de resistência à construção de blocos supranacionais não são, contudo, unicamente defensivas e de proteção, mas igualmente promotoras de

1. Essa distinção é proposta por Ortiz, para quem a categoria “*mundo*” articularia as dimensões econômica e tecnológica a “uma ‘visão de mundo’, um universo simbólico específico à civilização atual” (1994. p.29).

2. Em 1991, esse bloco econômico reuniu o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

projetos alternativos e, nesse caso, supõe-se que os espaços nacionais permanecem como locais de iniciativa, com os meios e as competências adequadas e não simplesmente locais de gestão de políticas decididas em outra parte. Dessa maneira, a formação de centros decisórios extra e supranacionais não anula as possibilidades de estratégias nacionais. Mesmo informadas pelas características do capitalismo atual, que não podem ser esquecidas ou menosprezadas, sob o risco de realização de uma análise aistórica, existem leituras singulares nos espaços nacionais que parecem resistir à globalização.

Feita essa digressão, podemos situar melhor a discussão proposta por esse artigo na nossa realidade. Se é verdade que a questão aqui tratada pode ter uma conotação específica no Brasil, assim como o tem na Bélgica, ambos os países têm em comum uma realidade histórica definida pelo capitalismo. Ambas as experiências são um processo que transcende as nações. No entanto, no caso dos países europeus, esse processo encontra-se mais desenvolvido, permitindo antever desdobramentos possíveis em contextos definidos e fornecendo subsídios para a compreensão de realidades singulares.

A recente preocupação, em estudos acadêmicos, com a questão das diferenças culturais de alcance mundial também atinge o Brasil. A proposta, presente na Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996. art. 26), de incorporar aos currículos do ensino fundamental e médio uma parte diversificada, "exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela" estimulada por militantes de movimentos sociais reivindicando um espaço de expressão nos currículos escolares, atesta a necessidade de serem buscados, no país, caminhos para a discussão e problematização dos "novos mapas culturais" que vêm sendo estabelecidos. Conforme escrevemos em outra oportunidade, nessa busca, "aprender com os europeus, os seus acertos e os seus erros poderá ser uma maneira de não perdermos mais tempo nos perdendo em atalhos" (Valente, no prelo).

Entretanto, essa discussão não se esgota nos estudos sobre o currículo ou sobre a educação escolar. Ela avança para a compreensão da perspectiva educacional em um sentido mais amplo, sobretudo quando se sabe que a educação cumpre um papel fundamental no processo de formação do Estado-nação, cuja falência vem sendo anunciada por alguns analistas.

Assim, entendemos por educação, o processo histórico universal que procura reafirmar a condição do homem como um ser que se distingue de todos os outros no conjunto da natureza. Na interação com outros homens, com o meio e na reflexão sobre a própria vida, esse homem universal tem como condição e produto de sua "natureza humana", a capacidade de criar símbolos e de transmitir o conhecimento produzido e acumulado aos seus descendentes. Disso decorre que a educação é expressão dos âmbitos social e cultural que caracterizam todos os seres humanos e, portanto, histórica, transforma-se ao longo do tempo. Nessa perspectiva, processo educacional — que inclui

mecanismos de socialização, como a educação escolar —, produção cultural e “natureza” social são experiências coincidentes³.

No entanto, mantendo a coerência com o que já foi dito, a pluralidade de experiências interativas e reflexivas vividas pelos homens em diferentes meios e condições de sobrevivência faz com que a educação ganhe contornos singulares, sem que deixem de ser expressão dessa universalidade. Mas o fato de serem dimensões intrinsecamente relacionadas não nos autoriza a afirmar que convivam harmoniosamente e sem conflitos. Além disso, deve-se considerar que se qualquer atividade humana pode ser pertinente à cultura e à educação, nem sempre é reconhecida como tal. Para que essa relação se efetive, é preciso que o sujeito das práticas sociais a elas atribua significado cultural e educacional, mas, por várias razões, nem sempre isso ocorre no contexto histórico em que tal sujeito vive. Desse pressuposto decorre a necessidade de serem também conhecidas e analisadas as representações que o sujeito tem sobre a sua realidade vivida. Sem perder de vista que, histórica e hegemonicamente, o capitalismo se impõe como expressão de algo universal.

FALANDO DO PRÓXIMO PARA CHEGAR NO DISTANTE

No Brasil, os conceitos de “raça”, “etnia” e correlatos têm sido empregados com certa regularidade nos estudos sobre as relações entre negros e brancos. A ambigüidade dos dados e das situações com as quais os estudiosos dessa temática costumam trabalhar parece, de certa maneira, estender-se às análises. Assim, os conceitos utilizados nesses estudos são também bastante ambíguos. Em outra ocasião, procuramos chamar a atenção para os cuidados que deveríamos tomar ao empregá-los. De maneira acessível ao leitor leigo escrevemos:

Observe, por exemplo, o conceito de “raça”. Embora ele trate de características biológicas dos indivíduos e por isso denote as características genéticas (genótipo), costuma-se considerar como sendo atributos raciais as características externas (fenótipo): cor da pele, altura; tipo de cabelos, etc.

Apesar de os biólogos afirmarem que as “raças” não explicam as diferenças existentes entre os homens — ou seja, que as “raças” são insignificantes ou irrelevantes, do ponto de vista genético, para explicar a distinção entre grupos humanos —, as características fenotípicas são entendidas como diferenças raciais pelos sujeitos envolvidos nas relações que mantêm entre si.

[...]

3. De acordo com o artigo 1º da LDB, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Tal definição é aqui contemplada.

Outro conceito, que procura substituir o conceito de “raça”, mas que não escapa da complexidade e ambigüidade; é o de *etnia*. O termo “etnia” procura definir grupos biológicos (como ocorre com o termo “raça”) e culturalmente homogêneos. No entanto, é muito difícil perceber a homogeneidade cultural que distinguiria, de maneira específica, um grupo em relação aos demais. Isso porque um determinado grupo étnico afirmaria sua diferença a partir de dados culturais que podem ser partilhados com outros grupos. (Valente, 1994. p.17)

Em termos mais exatos, em que pese a imprecisão do termo e da sua insuficiência para a definição de quem é negro no Brasil hoje, o conceito de “raça” é ainda utilizado nos estudos sobre as relações entre brancos e negros, primeiramente porque corresponde a uma noção “popular” que se confunde com a noção “técnica” das ciências sociais, quando essas procuram resguardar as interpretações de seus sujeitos-objetos. Por outro lado, a “raça” como construção social das diferenças fenotípicas, torna-se um dos aspectos mais significativos do processo de identificação étnica ou da “etnicidade”. Essa última, também uma construção que engloba a idéia de filiação racial, ao referir-se à percepção das diferenças ou à escolha de identidades étnicas e raciais, é decisiva para a compreensão daqueles que são classificados mas, sobretudo, daqueles que classificam. Dessa maneira, torna-se, como “raça”, um conceito analítico importante.

No entanto, estamos longe de estabelecer um consenso sobre a utilização desses termos. Seja como for, *todos* os conceitos são passíveis de serem transformados quanto ao seu significado preciso. Não são eternos ou definitivos e poderão ser modificados para abarcar novas perspectivas de compreensão da realidade mutante ou abandonados quando não forem mais úteis. Porém, o mero abandono de “ferramentas de análise” em razão de seu caráter ambíguo, vago, sem a proposição de outras que as substituam, nos parece pouco aceitável. Ainda não percebemos no horizonte intelectual outros conceitos que consigam ser expressão do concreto escorregadio e confuso que pretendem abarcar. Contudo, há quem não queira utilizar essas palavras como se essa recusa fizesse com que a realidade que elas evocam desaparecesse.

Nos planos nacional, internacional e global, poderíamos destacar algumas das dificuldades colocadas pelo emprego desses conceitos. Primeiramente, o uso quase exclusivo do conceito *etnia* nos estudos das relações raciais ou étnicas no Brasil, na maioria das vezes, referindo-se ao negro, parece ter conduzido muitos à compreensão equivocada de que não há implicação do branco⁴, ou seja, de que esse último não faz parte do enredo social em que ambos estão mergulhados. Na verdade, essa linha de reflexão negaria que, afinal, falamos de *relações* e que, portanto, a identidade racial, ou étnica, dos negros não será construída senão em relação ao que poderíamos também chamar de

4. Existem muitos militantes negros que, abominando o emprego do termo “étnico”, indagam ironicamente se esse poderia ser empregado para designar brancos...

“identidade racial ou étnica de brancos” ou em relação a outros grupos que, por alguma razão e/ou em algum momento, queiram diferenciar-se entre si. Por outro lado, não poderíamos negar que se evidencia com clareza a construção de fronteiras étnicas pelo grupo negro (ou por outro grupo discriminado), na medida em que esse reage aos mecanismos discriminatórios que lhes nega a participação plena na vida social. É, pois, necessário construir o “nós” já que “eles” não nos aceitam.

No plano internacional, poderíamos tomar o exemplo da França que inegavelmente marcou, no contexto brasileiro, o desenvolvimento das ciências sociais. De maneira geral, elas foram reticentes no emprego do conceito de etnicidade. Segundo Martiniello, os estudos de expressão francesa omitiram, durante anos, quaisquer preocupações a respeito da temática e ainda hoje evitam utilizar o termo, uma vez que, para alguns pesquisadores, a etnicidade e derivados da mesma raiz grega *ethnos* seriam uma tentativa de “atualizar as teorias raciais do século passado” (1995. p.12). O mesmo autor afirma que, sintomaticamente, no *Dicionário de Etnologia e de Antropologia*, de Pierre Bronté e Michel Izard, publicado em 1991, o conceito etnicidade não é mencionado, sendo apenas tratado “de maneira rudimentar sob as rubricas de etnia e etnias minoritárias” (1995. p.11). O mesmo não ocorreu nos Estados Unidos onde, a partir dos anos setenta, a palavra *ethnicity* vem ganhando cada vez maior importância na produção científica. No Brasil, os estudos americanos, em especial aqueles inspirados em Barth, foram quase imediatamente conhecidos, passando a ser referência em várias análises no campo antropológico.

Por fim, como sugerimos na introdução, o contexto histórico atual de conflitos e contradições poderia fornecer outras explicações para o fato de o conceito “eticidade” e a problemática política que engendra ainda serem cuidadosamente evitados em muitas análises. São evidências dessa situação conflituosa as manifestações de racismo que temos assistido na Europa e em outras partes do planeta, bem como a ativação de identidades “étnicas” com um enorme potencial de exclusão e alteridade. Ante tais acontecimentos, o discurso da mídia tem contribuído para, cada vez mais, enfatizar uma perspectiva de compreensão calcada no senso comum que associa o termo “étnico” aos aspectos mais odiosos da Humanidade, à barbárie.

AS TEORIAS BARTHIANAS REVISITADAS

Tantas dúvidas sobre a “instrumentalidade” desses conceitos, no nosso entender, exigem que se procure, para além de suas concepções abstratas, buscar a sua validade para a compreensão de situações sociais concretas. A possibilidade de desenvolvermos uma pesquisa na Bélgica forneceu, entre outras coisas, a oportunidade de ensaiar essa verificação. A pesquisa girou em torno de questões relativas à educação dos filhos de trabalhadores imigrantes e da

proposição de a escola oferecer a esses alunos os chamados “cursos de língua e cultura do país de origem”. Assim, suficientemente distanciada da realidade próxima e conhecida das relações raciais no Brasil, nos aproximamos da realidade distante, procurando refletir sobre essas noções que são alvo de crítica.

Metodologicamente, para atingir esse objetivo nos ancoramos nas proposições de Barth sobre a etnicidade, com as quais já estávamos familiarizados. A explicitação dessa escolha metodológica é importante, sobretudo porque o terreno no qual se vai lidar é carregado de emoções e subjetividades. Se esse procedimento fosse mais habitual dentro e fora da academia muitas discussões inúteis seriam evitadas. Como afirma Gramsci, “identidade de termos não significa identidade de conceito”. Segundo o autor, é preciso “recorrer às fontes culturais para determinar o valor exato dos conceitos, já que, sob um mesmo chapéu, podem estar diferentes cabeças” (1989. p.180-1).

Os estudos de Barth romperam com uma perspectiva nas ciências sociais de pensar a etnicidade em termos de grupos humanos diferentes, caracterizados por uma história e cultura próprias. O autor sugere que, antes, é preciso interrogar sobre as razões que levam à emergência de distinções étnicas em uma dada situação. Para ele, o substrato cultural da etnicidade é secundário em relação ao estabelecimento de fronteiras étnicas entre os grupos.

As identidades e os grupos étnicos definem questões de organização social baseadas na auto-atribuição e atribuição por outros a uma categoria étnica. Em geral, estão ligadas a uma situação de desigualdade estrutural que as desencadeia. Por isso, o conteúdo cultural que apresentam não é o aspecto decisivo de sua constituição. Considerando a cultura como processo em contínua transformação, ela deixa de ser um elemento de definição diferenciadora de grupos para ser uma resultante do estabelecimento de fronteiras étnicas que são sociais, simbólicas e mutáveis.

O processo de construção dessas fronteiras constitui a etnicidade. Ela permite a diferenciação social e política dos grupos étnicos que estalecem entre si relações de natureza diversa: cooperação, competição, conflito, dominação, etc. No entanto, a produção e reprodução das definições sociais e políticas da diferença, sobre a qual a etnicidade repousa, não são fundadas sobre critérios de veracidade. Em outras palavras, não são diferenças objetivas que estão em jogo, mas a percepção de sua importância, sejam elas “reais” ou não. Nas palavras de Barth, “Os traços [culturais] que se leva em conta não são a soma de diferenças ‘objetivas’, mas somente aqueles que os próprios atores consideram como significativos” (1995. p.211).

Contudo, como afirma Martiniello, em que pese sua contribuição fundamental, a teoria da etnicidade de Barth pode ser objeto de diferentes críticas, o que provaria de certa maneira seu estatuto científico. Ao focalizar sua atenção

sobre interações sociais e processos étnicos interpessoais, centrados em atores individuais, a teoria barthiana coloca em evidência certas lacunas, reconhecidas por Barth em artigo recente⁵. Segundo Martiniello, “o primeiro problema que encontra muitas vezes essa perspectiva é a falta de profundidade histórica”. Para ele, nem Barth, nem outros antropólogos que se inspiram em seus trabalhos mostraram de maneira satisfatória como as distinções étnicas emergem numa determinada época. Um segundo problema residiria em não considerar o papel do Estado e outras imposições estruturais. A terceira crítica formulada por Martiniello diz respeito ao mascaramento do “diferencial de poder — político ou econômico — que se manifesta entre os grupos étnicos em contato, ou entre certos grupos e o Estado” (1995, p.51-3). Essa crítica foi incorporada ao procedimento metodológico enunciado nas linhas anteriores.

Uma última observação deve ser feita. Ainda que a pesquisa na Bélgica tenha procurado focalizar a escola e o tratamento recebido pelos filhos de imigrantes, certamente, pouco seria compreendido sobre o assunto se não fosse considerado o contexto histórico do país. Por isso, nesse momento, os grupos étnicos dos quais iremos tratar não são formados pelos imigrantes. A particularidade do caso belga parece ser justamente o fato de o Estado constituir-se, aparentemente, sobre um conflito étnico que tem na diferença da língua o núcleo desencadeador da construção de outras diferenças. Essa situação perdura até os dias atuais, quando se anuncia a morte do Estado-nação e, por isso, também vai moldar de maneira particular sua relação com os “estrangeiros”. É nessa medida que privilegiamos aqui dados históricos da formação do Estado belga.

FRAGMENTOS DO PASSADO DE UM PEQUENO ESTADO RETALHADO

Desde a metade do século IV o território que atualmente é ocupado pelo Estado belga —aproximadamente 30.500 km² — foi palco de conflitos entre romanos e francos. Sobretudo a partir do século V, a civilização galo-romana foi mantida ao sul⁶ e os povos germânicos instalaram-se massivamente na região territorial norte, a Flandre⁷, onde implantaram sua organização e sua língua.

A posição geográfica da Bélgica, estabelecendo fronteiras com outros países — ao norte, com a Holanda (Países Baixos); ao leste, com Alemanha e

5. Trata-se de artigo publicado em coletânea de H. Vermeulen e C. Govers (1994) ao qual não tivemos acesso durante a redação deste texto.

6. Atualmente essa região é denominada Valônia, onde predominantemente é empregada a língua francesa. Por isso, seus habitantes são denominados francófonos.

7. Nessa região fala-se a língua neerlandesa ou o neerlandês e seus habitantes são denominados flamengos.

Luxemburgo e ao sul, com a França — favoreceu, desde a Idade Média, a eclosão de guerras para o controle do território e do desenvolvimento de diferentes identidades. Pode-se dizer que os primórdios da “questão lingüística” datam desse período.

Entre os quinze séculos que separam a época medieval e o início do século XIX, quando a Bélgica foi proclamada um Estado independente, alguns fatos históricos são ilustrativos da disputa territorial que trazia em seu bojo o conflito, justificado pela diferença lingüística e estreitamente relacionado às razões econômicas. Porém, para melhor entender os episódios e os grupos em disputa, reportamo-nos a 1830, quando a independência foi proclamada em meio a uma ruptura política e uma crise econômica que atingiram o operariado, dando mostra das dificuldades internas. Ante a ameaça da Holanda e de intervenção da França, a idéia de monarquia parlamentar prevaleceu.

Para Bataille,

o Estado belga é formado em 1830 sobre um modelo que logo deveria ser liquidado na França, qual seja, de uma monarquia parlamentar. (...) O Estado assim formado, com o francês como língua nacional, seguia de perto as tendências de centralização tal como se podia encontrar na França. Burguesa, liberal, francófona: era mais do que era preciso para que se desenvolvesse uma dupla oposição a esse Estado. (in Wiewiorka, 1994. p.109-10)

Na Valônia, ao sul do país, um movimento social e operário foi organizado, afirmando os interesses da classe dos trabalhadores contra o poder liberal e burguês de Bruxelas. Do mesmo modo, o povo flamengo, incluindo a burguesia, reivindicava uma especificidade cultural que até então não tinha sido reclamada. Assim, retomando Bataille,

o século XIX é então atravessado pela escalada e formação dessa dupla contestação: de um lado, o movimento operário que coloca o acento sobre as condições sociais e econômicas do operariado belga, de outro, o que deverá ser o movimento flamengo que acentua a questão lingüística e cultural, denunciando a fraca coerência do Estado belga. (Idem, p.110)

Para o autor, se as duas reivindicações fossem reunidas, por exemplo, nas zonas industriais da Flandre, a história da Bélgica teria sido outra. No entanto, essas reivindicações permaneceram desconectadas, “e elas jamais deixaram de contrapor-se, ao mesmo tempo que enfraqueciam a capacidade do Estado de formar uma nação belga.” (Idem, *ibidem*).

Por outro lado, como afirma Dumont, com a revolução belga de 1830,

a população flamenga encontrava-se ao mesmo tempo libertada e ameaçada: liberada do calvinismo holandês e ameaçada pelo ódio cego de tudo o que lembrava a Holanda, inclusive a sua língua. Desde o século XVII a burguesia afrancesada da Flandre havia mantido o flamengo em um estado de inferioridade que agravava a multiplicidade de dialetos e de sotaques.

Até então, apenas as pessoas humildes, do povo, falavam flamengo⁸.

No fim do século XIX, por seu desenvolvimento, a Bélgica era considerada uma potência industrial. As indústrias químicas e suas usinas de fabricação de máquinas estavam em plena expansão. Além disso, não se pode esquecer que a anexação do Congo, em 1885, garantiu uma grande prosperidade ao Estado belga. Nessa ocasião, com suas minas e indústrias, era a Valônia que dominava a expansão econômica do país.

A partir de 1895, ocorreu uma renovação ideológica e política do movimento flamengo e a progressiva formação de uma burguesia intelectual de língua neerlandesa que lutou para que a língua fosse reconhecida como oficial em 1898. Foi no momento em que leis lingüísticas procuravam limitar a inferioridade jurídica do neerlandês que, a seu turno, um movimento na Valônia começou a ser organizado.

Até meados do século XX, os francófonos detiveram o controle e o poder sobre todos os setores da sociedade belga. Contudo, ao longo desse período, foram sendo construídos mecanismos identitários de defesa pelos flamengos, discriminados, naquela ordem hegemônica. Atualmente, como veremos, os papéis encontram-se invertidos.

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA RECENTE

O “Breve século XX”, como diz Hobsbawm, “foi marcado pela guerra” (1995. p.30). Para o autor, a Primeira Guerra Mundial estabeleceu um contraste com o período anterior ao envolver praticamente *todos* os Estados europeus e tropas de ultramar enviadas para lutar fora de suas regiões. No acordo de paz que determinou o seu fim, foi demonstrada a imperiosa necessidade de se retrair o mapa da Europa para enfraquecer e controlar a Alemanha. O

princípio básico de reordenação do mapa era criar Estados-nação étnico-lingüísticos, segundo a crença de que as nações tinham o “direito de autodeterminação”. (...) Os conflitos nacionais que despedaçam o continente na década de 1990 são as galinhas velhas do Tratado de Versalhes voltando mais uma vez para o choco. (Hobsbawm, 1995. p.38-9)⁹

A bibliografia existente sobre o assunto permite que nos limitemos a considerar dois aspectos importantes para os fins deste estudo. O primeiro diz respeito

8. No movimento reativo de organização dos flamengos desempenharam papéis importantes os socialistas, que lutavam por igualdade, e os padres de origem popular que desejavam proteger os fiéis do racionalismo francês (Dumont, 1993. p.94).

9. A história recente da Bélgica foi marcada pelas guerras imperialistas do início do século e, de certo modo, é ilustrativa das preocupações etnolingüísticas do mundo europeu de que nos fala Hobsbawm, tornando a situação mundial após a Primeira Guerra bastante instável e sem expectativas de que a paz fosse duradoura.

à posição geográfica desse país, presa fácil e completamente destruída pela Alemanha nos dois confrontos bélicos; e o segundo, ao fato de as guerras terem aguçado os conflitos étnicos existentes.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a ocupação pela Alemanha de praticamente todo o território belga, o neerlandês foi privilegiado, junto com o alemão, como língua de emprego cotidiano. Como nos informa Dumont, “no front de Yser, três quartos dos soldados belgas eram flamengos, a maioria ignorava o francês, enquanto a maioria dos oficiais eram francófonos e muitos entre eles falavam pouco o neerlandês” (1993. p.98)¹⁰

De 1940 a 1944, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mais uma vez a Alemanha ocupou a Bélgica. O rei belga Léopold III no início do conflito foi acusado de ter capitulado perante Hitler e passou a ser considerado um traidor. Mais uma vez a política definiu privilegiar os prisioneiros que podiam se exprimir em neerlandês ou alemão. O unilingüismo alemão foi imposto em todos os territórios anexados até a nova derrota da Alemanha.

Em 1945, uma parte da nação considerava o rei como o responsável pelo aprisionamento prolongado dos francófonos, como também não o perdoava pelo casamento com a filha do governador da Flandre Ocidental. Ante essa situação de tensão e para garantir a unidade nacional, em 1950, Léopold III renunciou em favor do príncipe herdeiro. Baudouin I passou a ser o novo rei da Bélgica.

A partir do início dos anos sessenta, a fratura lingüística foi exposta com força. A Flandre, ao norte, que vivera em situação econômica desfavorável durante o século XIX, parecia menos atingida pela crise industrial do século XX. A população da região tornou-se largamente majoritária. A sua decolagem econômica apoiava-se sobre essa população numerosa e

sobre o dinamismo de empresários que se concentraram sobre os setores industriais não tradicionais como a construção metálica, a eletrônica ou a montagem de automóveis. No momento em que o petróleo destrona o carvão como fonte maior de energia, ela se encontra privilegiada graças às suas cidades portuárias. (Dumont, 1993. p.101)

Enquanto a parte neerlandesa do país se industrializou e enriqueceu, a região da Valônia, ao sul, conheceu uma recessão demográfica e uma grave crise econômica devido ao encarecimento dos custos de extração do carvão, da concorrência de outras fontes de energia e do envelhecimento do seu parque industrial (Hengislin, 1970. p.189).

O enfrentamento comunitário deu-se por ocasião da independência da ex-colônia congoleza (1960). O primeiro ministro belga, invocando as despesas provocadas

10. Nessa ocasião foi definido o seu emprego como língua de ensino na Universidade de Gand. Essa disposição foi abolida com a derrota alemã.

com os eventos na África, apresentou ao parlamento um projeto de austeridade que comportava aumento de impostos e saneamento nos domínios da segurança social e do ensino. Contra essas proposições, a Federação Geral do Trabalho da Bélgica — FGTB —, por intermédio do sindicato socialista, definiu a realização de uma greve geral. No entanto, o sindicato cristão na Flandre, que era majoritário, não acatou a decisão e a greve foi desmobilizada. Esses acontecimentos revelavam, segundo Dumont, “divergências de comportamento entre a Flandre e a Valônia, e o fim da solidariedade trabalhadora nacional” (1993. p.102).

A fratura lingüística não cessou de se amplificar, inclusive sendo criados partidos políticos defendendo quer os interesses dos francófonos, quer dos flamengos¹¹. O percurso em direção à regionalização era inevitável. Essa teve momentos importantes como as leis lingüísticas de 1963 que consagraram o “direito de solo”, isto é, o emprego do neerlandês na Flandre e do francês na Valônia, e a reforma da Constituição, realizada em etapas: 1970, 1980, 1989 e 1993.

A revisão constitucional de 1970, aprofundada em 1980, praticamente consolidou a hegemonia flamenga ao definir a presença de quatro regiões lingüísticas:¹² a região de língua francesa, da neerlandesa, da alemã e uma região bilíngüe em Bruxelas, Capital¹³.

Em 1989, com a federalização do Estado belga em marcha, foram definidas todas as competências das comunidades e regiões, incluindo o comércio exterior, a agricultura e o conjunto da política científica. No campo educacional, a responsabilidade pelo ensino foi definitivamente dividida entre dois Ministérios da Educação: um para tratar das escolas flamengas e outro para assuntos francófonos.

11. Um dos episódios mais traumáticos ocorreu em 1966, quando os bispos da Universidade Católica de Louvain — UCL —, que vinham resistindo e mantendo sua unidade, atenderam aos apelos populares, obrigando a sua seção francesa a mudar-se para outro *campus*. A partir desse momento, todos os partidos nacionais foram divididos em setores flamengos e francófonos.

12. Segundo Auger, apesar dessa divisão, grande parte dos belgas fala uma língua regional. São oito línguas regionais e diversas variações dialetais. Em 1982, a Executiva da Comunidade Francesa decidiu permitir o ensino do valão, picardo e loreno nas escolas de língua francesa (Auger, 1993. p.33-4).

13. A partir desse momento foram criadas três comunidades: a francesa, a germânica e a flamenga. Cada comunidade recebeu competências praticamente exclusivas no domínio cultural (educação, artes, turismo etc.) e nos domínios da assistência social; da política de saúde e da pesquisa aplicada. A revisão constitucional criou, ainda, três regiões econômicas: Bruxelas, que engloba dezenove municípios; a região flamenga, ao norte e a região da Valônia, ao sul.

Os trabalhos parlamentares foram reiniciados em 1992 e estenderam-se até abril do ano seguinte. Algumas discussões revelaram que na Câmara e no Senado existiam divergências sobre o modelo de federalismo que os belgas deveriam adotar. Houve entre os flamengos quem expressasse sua convicção de que o federalismo seria uma etapa em direção a uma confederação belga¹⁴. Por fim, a Constituição de 6 de maio precisou que

no exercício de suas competências respectivas, o Estado federal, as regiões, as Comunidades e a Comissão comunitária municipal (de Bruxelas, Capital) agem no respeito da lealdade federal, em vista de evitar os conflitos de interesse. (apud Dumont, 1993. p.111)

A morte do rei Baudouin em julho de 1993, considerado o guardião da unidade belga, mesmo suscitando emoções e um “espírito de nacionalidade” entre os cidadãos, não conseguiu esconder a crise político-institucional em que o país mergulhara. Afora o conflito entre francófonos e flamengos que continua ganhando considerável dimensão, existem as clivagens político-partidárias e religiosas que conferem marcas específicas às instituições. Contudo, essas clivagens estabelecem uma “fórmula de solidariedade única em seu gênero” (Bataille in Wiewiorka, 1994. p.112). Desse modo, quem nasce católico na Bélgica, vai às escolas católicas, utiliza um sistema de saúde católico e adere a um partido cristão. O mesmo ocorre com os socialistas em estruturas socialistas e laicas e com os liberais em suas respectivas estruturas.

Não bastasse essa complexidade, há o problema do racismo contra os imigrantes, cuja presença tem servido para explicar as dificuldades econômicas enfrentadas no país. Para Bataille, “o racismo, na Bélgica, é antes de tudo um fenômeno político e institucional”, na medida em que o debate sobre a questão, ao invés de provocar a unidade da nação, contribui ativamente para destruí-la (idem. p.105). Mais do que isso, acentua as clivagens existentes que, nem por isso, impedem o fluxo dos imigrantes no interior de suas fronteiras sociais.

A “GUERRA ESCOLAR” E A GUERRA ÉTNICA

Como se sabe, a escola e a educação desempenham um papel central na constituição da identidade coletiva e na sua reprodução. Dessa maneira, na constituição do Estado, a centralização mais ou menos acentuada de poder, a ênfase num componente nacional identificado a um território explicam porque o ensino torna-se um elemento fundamental nas estratégias políticas. Por essa razão, vale a pena destacar em que medida a educação e a etnicidade entrecruzam-se na Bélgica. A decisão de construir o Estado nacional belga e

14. Em última análise, essa proposta implicaria, no futuro, a divisão da Bélgica em dois Estados autônomos. Contra ela surgiram reações do lado francófono, do flamengo e mesmo do poder real mediador.

bilíngüe não implicou, certamente, a ausência de conflito e de disputa pela hegemonia lingüística, como já foi sugerido. A “guerra de posições”, para empregar expressão gramsciana, tornou-se evidente no campo educativo.

Antes mesmo da independência do Estado belga, em 1830, o conflito no campo educacional vinha sendo gestado. Durante o reinado de Guillaume d’Orange, iniciado em 1815, o ensino e, especialmente a escola, passou a ser a cena de luta explícita de diversos grupos em busca da consolidação de seus interesses. A laicização, por exemplo, era um pomo de discórdia particularmente consistente perante a vontade do rei em reservar o monopólio do ensino ao Estado. Nessa época, houve muito esforço para oferecer ao conjunto da população as possibilidades de instrução. Foram criadas várias escolas primárias, ateneus e três universidades. Porém, inspirado pelo ideário da Revolução Francesa, o rei decidiu fechar as escolas cristãs e criar um seminário de filosofia obrigatório para os futuros padres em Louvain. Essa medida não foi bem recebida pela hierarquia católica que, reagindo à repressão, passou a designar o ensino sob sua responsabilidade com o adjetivo “livre”, certamente tendo em conta o valor simbólico do termo ante aquela situação.

A partir de 1834 um novo conflito explodiu a propósito da questão escolar. Os defensores do ensino livre e aqueles do ensino do Estado reiniciaram a luta até então latente, buscando conquistar espaços para garantir a proteção de seus interesses. O quadro mais tenso dessa disputa foi definido em 1878, quando os liberais saíram vencedores nas eleições legislativas. Tão logo assumiu o poder, o gabinete liberal criou um ministério da instrução pública e fez votar uma nova lei para o ensino primário que suprimia as aulas de religião durante os horários normais, obrigava os municípios a erigir escolas neutras e laicas e reservava ao Estado o monopólio do ensino normal. Por sua vez, lembrando o princípio constitucional que proclama a liberdade do ensino, os católicos passaram a organizar escolas em todos os cantos do país, fazendo uma forte concorrência às escolas oficiais. Os bispos belgas passaram a excomungar os católicos que ensinavam nas escolas oficiais, sustentados em sua atitude pelo Papa. Nesse momento, o governo belga rompeu as relações diplomáticas com o Vaticano.

Com a criação de novas escolas oficiais pelo governo liberal, houve a necessidade de se criar novos impostos. Essa medida impopular recebeu a resposta das urnas em 1884, quando os liberais perderam o poder e foram sucedidos por um governo católico.

A questão escolar que marcou a vida belga nos anos quarenta do século XIX, continuou a ser um terreno de disputa no início do século XX. Depois do reconhecimento do neerlandês como língua oficial, conforme mencionamos, a disputa entre católicos e liberais sobre o domínio da educação, parece ter mudado em direção a um outro terreno. Nesse momento, o problema estende-se a uma disputa entre flamengos e francófonos.

Em 1914, a educação obrigatória era desenvolvida na língua de origem dos alunos. Ou seja, a língua do ensino era a materna. Depois de duas décadas, a lei de 14 de julho de 1932 determinou que o neerlandês fosse a língua de instrução na Flandre — região ao norte do país — e o francês, a língua de instrução na Valônia, ao sul (Auger, 1993. p.44).

O problema do ensino, mais uma vez, foi uma das questões atacadas durante o reinado de Baudouin I, a partir de 1950. Somente em 1958 foi encontrada uma solução considerada equilibrada, com a assinatura do pacto escolar pelas três forças políticas daquele momento: católicos, liberais e socialistas.

Antes desse acordo, a cada mudança de governo, uma nova legislação escolar era apresentada e produzia reações contrárias dos grupos políticos representados minoritariamente. A política educativa estava subordinada aos grupos de interesse que ocupavam o poder e privilegiava ora o ensino primário, ora o secundário, com as subvenções ou leis protecionistas de acesso ao mercado de trabalho.

O pacto escolar assegurava a expansão do ensino oficial, determinava a gratuidade das duas redes de ensino, responsabilizava o Estado pelo pagamento de todos os professores que tivessem os títulos solicitados, inchava o orçamento escolar da educação nacional, imaginando com isso colocar um ponto final sobre um problema secular.

Como vimos, as leis lingüísticas de 1963 e a revisão constitucional de 1970 propuseram a acomodação do conflito. Data de 30 de junho de 1963 a lei educacional que permite o ensino de uma segunda língua a partir da 5ª série: o francês na região neerlandesa e alemã, o neerlandês ou o alemão na região francófona do país.

Em 1989, com a federalização do Estado belga, foram definidas todas as competências das comunidades e regiões, incluindo o comércio exterior, a agricultura e o conjunto da política científica. No campo educacional, a responsabilidade pelo ensino foi definitivamente dividida entre dois Ministérios da Educação: um para tratar das escolas flamengas e outro para assuntos francófonos.

Contudo, a crise que se instalou na comunidade francesa a partir dos anos setenta e oitenta logo se fez sentir. Por volta de 1975, o ensino na Bélgica passou por uma reforma pedagógica, aderindo aos princípios do que foi chamado de “Ensino Renovado”. Em linhas gerais, a nova proposta pedagógica defendia o atendimento das necessidades do alunado, com um acompanhamento personalizado pelos professores, ou seja, a formação de pequenos grupos de alunos, aos quais seria possível oferecer inúmeras opções disciplinares para a composição de seu currículo.

Em 1990, a proposta pedagógica foi inviabilizada devido aos problemas orçamentários que provocaram uma greve geral do ensino francófono de quase dois meses. Um acordo entre partidos e sindicatos definiu o refinanciamento da educação, tentando pôr fim à crise. No entanto, a trégua foi quebrada no ano escolar de 1995-1996, sem que houvesse a possibilidade de uma solução negociada. O Ministério da Educação da Comunidade Francesa propôs o reagrupamento de escolas que implicaria a perda de quase 3 mil empregos de professores. Foi então desencadeada uma greve em fevereiro de 1996¹⁵.

A ANÁLISE PROPOSTA

Após a apresentação desses dados históricos, nos parece conveniente retomar os principais pontos da teoria da etnicidade que será empregada nesse ensaio de análise¹⁶:

1. A falta de profundidade histórica impede que se mostre, de maneira satisfatória, como as distinções étnicas emergem numa determinada época.
2. Não têm sido levado em consideração o papel do Estado e outras imposições estruturais.
3. A questão do poder político e econômico entre os grupos étnicos tem sido mascarada.
4. A etnicidade não pode ser pensada em termos de grupos diferentes caracterizados por uma história e cultura diferentes.
5. Deve-se interrogar sobre quais as razões que levam à emergência de distinções étnicas numa situação determinada.
6. A cultura não é elemento de definição de grupos mas é considerada como resultado do estabelecimento de fronteiras étnicas.
7. As identidades e os grupos étnicos definem questões de organização social baseadas na auto-atribuição e atribuição por outros a uma categoria étnica.
8. A constituição da etnicidade está ligada a uma situação de desigualdade estrutural que a desencadeia.
9. A etnicidade permite a diferenciação social e política dos grupos étnicos que estabelecem entre si relações de natureza diversa: cooperação, competição, conflito, dominação etc.

15. Ainda hoje, não há previsões seguras quanto aos desdobramentos futuros da grave crise que se abateu no campo da educação escolar, na comunidade francesa da Bélgica.

16. Os três primeiros itens dizem respeito à crítica aos estudos de Barth, como foi apontado anteriormente. Os demais aspectos emergem das idéias do autor.

10. As diferenças reivindicadas pelos grupos étnicos não são objetivas. O que está em jogo é a percepção de sua importância, sejam elas “reais” ou não.

Em certa medida, algumas discussões poderiam ser evitadas, já que os dados parecem “falar por si”. Certas considerações, no entanto, são oportunas para os devidos esclarecimentos. Mesmo cientes de que os aspectos da etnicidade devem ser tomados em conjunto, na medida do possível, procuramos dar destaque a cada um deles de maneira a sermos didáticos.

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO ÉTNICA NA BÉLGICA

A propósito da profundidade exigida para a compreensão de como as distinções étnicas emergem, não cremos que se possa obtê-la apenas com a apresentação, mesmo exaustiva, de dados históricos. Para além dessa preocupação (que não foi, todavia, a nossa), nos parece imprescindível indicar os movimentos marcantes que definem determinado período. No caso da Bélgica, os dados obtidos permitem a percepção de duas tendências. De um lado, da Idade Média até os dias atuais, temos a questão da diferença lingüística atravessando diferentes modos de produção, quase como um aspecto “metaistórico”.

Não se sabe ao certo qual a função que a diferença da língua desempenhava nas organizações belgas do passado, a não ser como traço diacrítico manifesto. As fontes secundárias com as quais trabalhamos também não esclarecem se tal traço teria sido fundamental no passado ou se, sendo importante no presente, tornou-se elemento a ser destacado na análise de épocas anteriores. O certo é que a diferença lingüística parece ser uma constante que só ganhará densidade política em determinadas condições, nos remetendo à segunda tendência propriamente histórica. Trata-se do momento da transformação da diferença lingüística em etnicidade, correspondendo à ascensão da burguesia ao poder político. Mas, por ser uma tendência histórica, ela irá desempenhar papéis diferentes na razão direta das transformações do modo de produção capitalista.

Considerando-se o processo de constituição do Estado belga, os dados históricos arrolados mostram que as distinções étnicas emergiram no momento em que, no plano socioeconômico, o capitalismo alcançara a sua fase industrial. No plano político, o Estado era também expressão do controle e interesses burgueses. Na Bélgica, duas frações burguesas disputavam a condição de força hegemônica¹⁷.

17. Como expressões dessas frações de classe em conflito, temos, de um lado, o rei Guillaume d'Orange, que assumiu o trono em 1815, para ser deposto quinze anos mais tarde e, de outro, Léopold I, proclamado rei em 1831.

Não se pode esquecer que a independência da Bélgica deu-se num período de intensa movimentação política e de crise, afetando os trabalhadores que passavam a denunciar a exploração a qual estavam expostos. Do mesmo modo, não se pode negligenciar a capacidade de mobilização do discurso socialista nessa época, o grau de influência da religião católica (em oposição ao calvinismo) e o fato de que a burguesia, na Flandre, era “afrancesada”. A língua das pessoas humildes, dos trabalhadores era o neerlandês, a mesma do ex-soberano holandês. A posição política e econômica dos flamengos era evidentemente minoritária, ou se quisermos, de dominados.

E foi “falando a língua do povo” que se promoveu a ruptura decisiva na classe trabalhadora belga. Interessava à burguesia flamenga conter a revolta dos trabalhadores, desviando a sua atenção para outros alvos que não fossem a reivindicação classista. Do mesmo modo e a seu turno, os burgueses francófonos propuseram também uma “aliança” com os trabalhadores francófonos, até onde isso foi possível, reagindo ao processo de construção de fronteiras étnicas pelos flamengos.

Numa tática eficaz sustentada pela memória coletiva do passado belga, pela manipulação simbólica da diferença lingüística e pela incapacidade dos “intelectuais orgânicos dos trabalhadores” — os socialistas e religiosos católicos do meio popular — de perceberem o que estava sendo colocado em jogo, as contradições de classe foram neutralizadas, ao serem deslocadas para outra instância de embate: a etnicidade.

No plano da memória coletiva, os episódios conflitantes do passado entre francófonos e flamengos foram reinterpretados, à luz do cotidiano vivido e continuamente transformado da população, implicando uma interminável releitura. Entretanto, tudo indica que tais releituras vão ser condicionadas pela situação de grupo minoritário ou não, hegemônico ou não que os grupos venham a assumir em determinado momento histórico.

A partir da diferença lingüística “objetiva”, mas que até aquele momento não fora empecilho à convivência, foram sendo construídas outras diferenças não necessariamente “verificáveis”. A história da Bélgica constitui-se, sem dúvida, num processo de contatos e trocas, isto é, não se pode pensar numa história e cultura diferentes entre francófonos e flamengos que permitissem a reivindicação de uma “especificidade”, para além das diferenças objetivas entre as classes sociais. Portanto, ela é reivindicada.

A diferença lingüística não poderia ser considerada um sinônimo de diferença cultural. Afinal a língua não é senão uma expressão da cultura — um processo dinâmico de atribuição de significados ao vivido e ao pensado. Mas, como foi dito, o substrato cultural da etnicidade é secundário em relação ao estabelecimento de fronteiras étnicas entre os grupos. No caso dos flamengos e francófonos, não é a cultura o elemento de definição dos grupos, mas ela

passa a ser percebida como diferente, em consequência do estabelecimento de fronteiras étnicas.

Nesse sentido compreende-se o porquê da língua neerlandesa servir como símbolo de distinção dos flamengos e, num segundo momento, o francês para os francófonos, objetivando atingir fins políticos, plenamente identificados às condições e interesses econômicos. Estava em jogo o controle hegemônico do Estado. De um lado, para atingir o poder, estava a fração burguesa flamenga que recorreu à manipulação da diferença lingüística para justificar uma situação de desigualdade estrutural vivida, naquele momento, pelos trabalhadores flamengos. De outro, a fração burguesa francófona que não queria perder esse mesmo poder.

Por fim, aqueles que se faziam porta-vozes da classe trabalhadora flamenga consideraram que a melhor resposta à marginalização social deveria ser a construção de uma identidade étnica, num erro de cálculo que o desenvolvimento histórico não foi capaz de corrigir ou superar, visto que a ordem burguesa permaneceu. Como diz Gramsci,

o princípio do “erro” é complexo: pode se tratar de um impulso individual motivado por um cálculo errado, bem como, também, de manifestações das tentativas de determinados grupos ou grupelhos para assumir a hegemonia no interior do agrupamento dirigente, tentativas que podem fracassar. (1989. p.118)¹⁸

Os intelectuais orgânicos dos trabalhadores, entretando, têm pouca ou nenhuma possibilidade de correção de seus deslizes, caso não consigam superar a contradição de suas duas consciências teóricas: “uma, implícita na sua ação, e que realmente o [intelectual] une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica” (Gramsci, 1989. p.20). Na verdade, não se pode prescindir dessa consciência teórica acrítica que é a matéria-prima do senso comum. Isso torna ainda mais difícil atingir o momento de catarse¹⁹.

Nesse processo de construção da etnicidade, não há dúvidas sobre a importância desempenhada pela educação e pela escola. Sem a aprendizagem da língua e sem a transmissão do sentimento de pertencimento ao grupo, o movimento

18. Gramsci fala, nesse trecho, de atos políticos errados das classes dominantes que são corrigidos por crises parlamentares governamentais. Parece-nos, contudo, possível estender a possibilidade do erro às classes dominadas e mesmo àqueles que se consideram seus representantes.

19. Segundo Gramsci, “pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’” (1989. p.53).

flamengo não teria ganhado projeção. Nem mesmo a reação francófona poderia estabelecer-se sem o apoio desses meios de transmissão.

A ETNICIDADE REFUNCIONALIZADA

Contudo, os dados disponíveis parecem dizer mais: o lugar da etnicidade durante o processo de constituição do Estado belga, não parece ser o mesmo que passou a ocupar quando o capitalismo atingiu a sua fase monopólica ou imperialista. Isso se dá por ocasião das duas grande guerras e, atualmente, no momento em que suas contradições são agudizadas, tem sido chamada de fase “pós-industrial” ou “pós-moderna”²⁰, ou “globalizada”.

Nos “anos dourados” que se seguiram à Segunda Guerra Mundial até os anos setenta, a disputa étnica foi mantida sob controle. Tudo indica que o período de crescimento econômico das políticas de *Welfare State* e de apoio à fórmula social-democrata, conseguiram conter a oposição dos trabalhadores, aos quais eram oferecidas condições de vida bastante favoráveis.

A hegemonia sobre a sociedade belga foi mantida pelos francófonos até meados do século XX. A partir de então, com o domínio econômico da Flandre, o movimento reativo de identificação étnica iniciado pelos flamengos, antes em situação minoritária, passou a se transformar em dominação.

Como bem lembra Ortiz, “uma língua não é somente instrumento de comunicação, ela é também instrumento de poder” (1994, p.99). Porém, contrariando a interpretação do autor, o neerlandês, longe de ser perseguido na Bélgica, é atualmente a língua do poder, considerando-se os aspectos políticos e econômicos em jogo. Desse modo, fugindo ao que poderíamos chamar a tendência dominante segundo a qual “no processo de construção nacional, o papel do Estado é fundamental na unificação do mercado lingüístico” ou que “a língua oficial adquire, portanto, um valor simbólico e se impõe como hegemônica diante da pluralidade das falas” (idem, *ibidem*), na Bélgica houve

20. Hobsbawm escreve: “Quando enfrentam o que seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século, podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do Ocidente. A palavra-chave era a pequena preposição ‘após’, geralmente usada na forma latinizada ‘pós’ ou ‘post’ como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa” (1995, p.282).

a duplicação do mercado lingüístico, com duas línguas — o francês e o neerlandês — ocupando o papel de línguas oficiais²¹.

Atualmente, pode-se dizer que grande parte dos flamengos domina o fenômeno de diglossia — a utilização simultânea de dois códigos lingüísticos — e o mesmo não parece ocorrer entre os francófonos. Além disso, especialmente por razões táticas, já que o neerlandês não é uma língua muito difundida, os flamengos passam a dominar também o inglês, considerado, no atual processo de globalização, a língua mundial. Em outros termos, a maioria dos flamengos é, hoje, trilingüe, sem que o idioma materno deixe de ser preferido nas interações sociais. Isso confere aos flamengos uma capacidade maior de adequação às transformações contemporâneas. Mais uma vez, a experiência da Bélgica parece contrariar a afirmação de Ortiz, para quem, “na hierarquia social o inglês vem antes da língua nacional, o idioma materno sendo reservado ao domínio da vida privada”. Como decorrência dessa situação que, segundo o autor, ilustraria o caso das identidades étnicas, “o inglês penetra mais facilmente onde existe uma variedade de línguas em conflito” (1994. p.103).

De fato, não se pode negar o papel que vem sendo ocupado pelo inglês no mercado lingüístico mundial, mas essa condição não parece colocar em risco o emprego da língua nacional ou do idioma materno, sobretudo quando falamos de processos de construção de identidade. Na Bélgica ocorre um curioso movimento no qual a utilização da língua mundial serve ao fortalecimento de um determinado grupo étnico²². Assim, contraditoriamente, a penetração do inglês, menos do que suavizar o conflito étnico, tende a estimulá-lo. Nesse caso, o seu uso parece legitimar, simbólica e internacionalmente, a hegemonia de um grupo étnico, cujo traço diacrítico é justamente a diferença lingüística.

Na reportagem “Flamengos e francófonos: as verdadeiras diferenças”, a jornalista Isabelle Philippon (1994), analisando dados de um instituto de sondagem contratado especialmente para esse fim, não encontrou uma resposta definitiva à afirmação contida no título escolhido. Na verdade, as variações percentuais entre as respostas de flamengos e francófonos às questões propostas sobre vários temas — desde o “sentimento nacional” à preocupação com o meio ambiente — são relativas à memória histórica dos grupos ou às características

21. Já entre 1873 e 1878, o neerlandês foi reconhecido como língua oficial do país, partilhando essa posição com o francês e, a partir de 1898, passou a ser utilizado no Parlamento (Auger, 1993. p.40-1). Em 1970, quase 37% da população belga falava o francês e 55% empregava o neerlandês (Rayside, 1977. p.96).

22. Ilustra essa situação o fato de a Universidade Católica de Louvain, na cidade flamenga de Louvain, passar a oferecer cursos em inglês como forma de atrair estudantes estrangeiros que, para desenvolver seus estudos, costumam dar preferência ao *campus* instalado em Louvain-la-Neuve, de língua francesa.

peculiares de suas regiões. Em todo o caso, percebe-se uma maior sensibilidade dos flamengos no que diz respeito à “sua diferença”. Exemplo disso, é que 60,1% dos flamengos entrevistados consideram-se antes de tudo identificados com a Flandre e 30,5% possuem o sentimento de serem belgas; 50,8% dos francófonos consideram-se belgas e 23,2% valões, da Valônia.

No entanto, mais do que os dados da reportagem podem esclarecer ou não, registre-se o fato de que a atribuição e a auto-atribuição de diferenças entre francófonos e flamengos foi o pressuposto do qual a jornalista partiu. A existência de um processo de construção social da diferença justifica que os consideremos como grupos étnicos estabelecendo especialmente relações de competição e conflito.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Estudiosos como Bataille ou Dumont afirmam que, depois de um século e meio de divergências solucionadas por acordos, os anos setenta e oitenta definiram o fim da sociedade nacional belga. Segundo Dumont,

o Estado-Nação postula a homogeneidade e a associação do poder a uma base nacional única e exclusiva. Essas duas condições não existem mais na Bélgica: uma evolução institucional logo se impôs, tendo em conta a vontade de auto-determinação de povos irmãos, mas distintos. (1993. p.104)

Para Bataille, a degradação das relações sociais em vários níveis e a impossibilidade de acordo entre os diferentes atores representados na sociedade belga contribuem para o seu esfacelamento. A crise do sistema político, informada pelo declínio da sociedade industrial que guarda proporções inusitadas na Valônia, conduziu a uma crise de confiança em todas as instituições. Do mesmo modo, a descentralização e a centralização do poder em regiões aumentaram a clivagem entre flamengos e francófonos. Essa situação, segundo o autor, denuncia que “o Estado, como guardião da perenidade das instituições e do controle da mudança, não consegue mais assegurar o seu papel” (1994. p.124).

Ainda não estamos convencidos de que se possa decretar a “morte” do Estado-nação. Talvez, com restrições, possamos admitir o seu “declínio” ante outras estruturas de caráter supranacional que vêm sendo construídas. Porém, deve-se considerar que o Estado-nação reage ao que poderia ser chamado de caráter artificial dessas organizações. De qualquer maneira, não se pode negar a previsibilidade de uma redefinição de seu papel, já que as condições sobre as quais foi construído, ora não são as mesmas, ora sofreram um processo de transformação que as tornam irreconhecíveis. Se considerarmos a história da formação do Estado belga — que sugere um certo artificialismo, por ter escapado ao modelo clássico de “um Estado para um ‘povo’” —, aqui

apresentada em linhas gerais, não cremos que se possa dizer que as clivagens do passado deixaram de existir. Sem dúvida aprofundaram-se em conseqüência das transformações no capitalismo. Disso decorre que a questão importante a discutir é se o capitalismo pode prescindir de estruturas nacionais para ser legitimado.

Mas a redefinição do Estado-nação exige que se proceda a uma revisão do papel de várias instituições. Se, como dissemos, a educação desempenha um papel central na constituição da identidade coletiva e na sua reprodução, quando o Estado passa por transformações, sem dúvida essas alcançarão esse setor estratégico. Por enquanto, o que se pode dizer sobre a Bélgica é que a crise econômica, política e institucional vivida atualmente tem sua expressão nas políticas educacionais do país, sobretudo aquelas voltadas para a construção de um “sentimento nacional”, atravessado por reivindicações étnicas, tanto dos nativos como dos estrangeiros.

Por fim, gostaríamos de retomar uma idéia apresentada no início deste texto. Ela diz respeito à concepção que se tem da etnicidade, veiculada pela mídia, como algo retrógrado e associado às atrocidades cometidas em seu nome, por exemplo, como na Guerra da Bósnia ou em Ruanda. Mesmo na Bélgica, quando observamos os problemas resultantes do conflito entre seus grupos étnicos “nacionais” — em oposição aos grupos étnicos constituídos pela população estrangeira estabelecida no país —, é difícil assumir uma posição asséptica de “cientista”, alegando que a questão étnica está presente, o que, no máximo, não atestaria o seu anacronismo. Na verdade, trata-se de uma situação confusa, tensa e, por isso, indesejável, mas que, até o momento, todos os belgas têm conseguido conviver com ela.

A face da etnicidade seria, nesse caso, sempre negativa? Não cremos. E isso de certo modo reafirma a complexidade e a ambigüidade do processo de estabelecimento de fronteiras étnicas. Afinal, ele pode ser decisivo para a criação de uma auto-imagem positiva de grupos que são alvo de discriminação social, incluindo nessa categoria todas as especificidades. O problema é que na organização da sociedade mundial, a diferença é sinônimo de desigualdade, porque a sua estrutura é tão desigual quanto injusta. Mesmo os grupos discriminados, potencialmente mais sensíveis à construção de uma “sociedade de diferentes” vivendo em igualdade, não escapam da lógica societária. São eles, muitas vezes, que reagindo à discriminação, passam, num segundo momento, a discriminar, com as mesmas armas do antigo opressor. É que ainda não fomos e talvez não sejamos capazes de quebrar o círculo vicioso que, paradoxalmente, fomos nós que construímos. Como diz Balibar e Wallerstein,

as *reações* do complexo de relações sociais “não econômicas” (...) dão conta dos efeitos ambivalentes das lutas de classes, na medida em que, procurando operar a “negação da negação”, quer dizer, a *destruir o mecanismo que destrói* tendencialmente as condições

da existência social, elas visam também utopicamente a *restaurar* uma unidade perdida e se oferecem assim à "recuperação" pelas diferentes forças de dominação. (1990. p.16-7, grifos do autor).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGER, E. A. Regional, national and official languages in Belgium. *International journal of the sociology of language: sociology of language in Belgium*. Berlin; New York, n.104, p.31-48, 1993.
- BALIBAR, E., WALLERSTEIN, I. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: Découverte, 1990.
- BARTH, F. Les groupes ethniques et leurs frontières. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Théories de l'ethnicité*. Paris: PUF, 1995.
- BATAILLE, P. L'Expérience belge. In: WIEVIORKA, M. (org.). *Racisme et xénophobie en Europe: une comparaison internationale*. Paris: Découverte, 1994.
- BLAISE, P., DESMARETS, A., JEUNEJEAN, T. *La Belgique état fédéral*. Bruxelles: De Boeck, 1993.
- BRASIL. Leis e Decretos. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial*, Brasília, 23 de dezembro de 1996, p.27833-41. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- DUMONT, G. H. *La Belgique*. 2. ed. Paris: PUF, 1993.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HENGISLIN, L. *Histoire illustrée de la Belgique*. Bruxelles: J. M. Collet, 1970.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. *A Sociedade global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- MARTINIELLO, M. *L'Ethnicité dans les sciences sociales contemporaines*. Paris: PUF, 1995. (Que sais-je?)
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PHILIPPON, I. Flamands et francophones: les vrais différences. *Le Vif/L'Express*. Bruxelles, p.36-48, juin 1994.

- POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Théories de l'ethnicité*. Paris: PUF, 1995.
- RAYSIDE, D. M. Les relations des groupes linguistiques au Canada et en Belgique. *Recherches sociologiques: langue et identité nationale*. v.III, n.1, p.95-131, 1977.
- VALENTE, A. L. E. F. *Ser negro no Brasil hoje*, 13. ed. rev. amp. São Paulo: Moderna, 1994.
- _____. Proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas. *Cadernos de Pesquisa*, n.93, p.40-50, maio 1995.
- _____. *Educação e diversidade cultural*. São Paulo: Moderna, no prelo.
- VERDOODT, A. *Les Droits linguistiques des immigrants*. Québec: Conseil de la Langue Française, 1985.
- _____. Introduction. *International Journal of the Sociology of Language — Belgium*, n.15, p.5-8, 1978.
- _____. Introduction. *Recherches sociologiques: langue et identité nationale*. v.III, n.1, p.95-131, 1977.
- VERMEULEN, H., GOVERS, C. (eds.). *The Anthropology of Ethnicity: beyond "ethnic groups and boundaries"*. Amsterdam: Het Spinhuis, 1994.